



Agroecologia e empoderamento de mulheres no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá, Pará¹

Agroecology and empowerment of women in the Rural Workers 'and Workers' Union of Marabá, Pará

Reis, Luciana Moreira dos²; Guerra, Gutemberg Armando Diniz³

² EMATER PARÁ, luguerreira.lm@gmail.com; ³ UFPA, gguerra@ufpa.br

Eixo temático: Mulheres, Feminismos e Agroecologia

Resumo: O objetivo do estudo foi analisar o processo de empoderamento das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá. O empoderamento foi considerado como ampliação do poder, nas dimensões econômica, pessoal, social e política. Na agricultura familiar, as relações de gênero são caracterizadas por divisão sexual do trabalho bem definida, na qual os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e as mulheres pelo trabalho reprodutivo. A agroecologia contribui para a construção da igualdade de gênero por permitir diferentes usos do espaço e do tempo, fazendo com que as atividades produtivas e reprodutivas sejam realizadas de forma combinada. A pesquisa trata de estudo de caso do STTR de Marabá. A metodologia abrangeu pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Identificou-se que as mulheres do sindicato participaram de lutas e obtiveram conquistas, em que pese o caráter processual do empoderamento, sendo marcado por contradições, avanços e recuos.

Palavras-chave: poder, relações de gênero, sindicalismo

Keywords: power, gender relations, syndicalism

Introdução

As relações de gênero ocorrem socialmente, sendo caracterizadas geralmente pela dominação masculina. No meio rural, as relações de gênero são influenciadas por variáveis diversas, dentre as quais a divisão sexual do trabalho e predominância dos homens nas organizações sociais, como os sindicatos de trabalhadores rurais. Cabe às mulheres cuidar do espaço doméstico e dos filhos, deixando a tomada de decisão para o “chefe de família” – papel geralmente atribuído aos homens. Contudo, existem, no Brasil, movimentos de mulheres lutando em busca de sua autonomia, empoderamento e melhoria de qualidade de vida.

Na agricultura familiar, as relações de gênero são caracterizadas por divisão sexual do trabalho bem definida e naturalizada, na qual predomina o discurso de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo (NOBRE, 2005). Ainda que a mulher desenvolva atividades consideradas produtivas, como no roçado, por exemplo, o seu trabalho é classificado como *ajuda*. Contudo, no cotidiano, as agricultoras familiares também

¹ O estudo é produto da dissertação de mestrado defendida pela primeira autora em 2018 no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará – INEAF/UFPA.



trabalham na produção, contribuindo no mesmo patamar que os agricultores, tendo, inclusive, sobrecarga de trabalho.

Segundo Jancz *et al* (2018), a agroecologia contribui para a construção da igualdade de gênero por permitir diferentes usos do espaço e do tempo, fazendo com que as atividades produtivas e reprodutivas sejam realizadas de forma combinada. Nesse sentido, a agroecologia consegue romper, a princípio, a divisão sexual de trabalho. Ademais, as experiências que envolvem as mulheres nos processos agroecológicos de produção permitem que as mesmas garantam seus espaços produtivos (JANCZ *et al*, 2018).

Jancz *et al* (2018) descrevem pesquisa que acompanhou a implementação do uso da caderneta agroecológica por parte de um grupo de 27 mulheres. As mulheres participantes do projeto relataram que o hábito de organizar a caderneta agroecológica as aproximou da realidade em que vivem, como também proporcionou a elas maior visibilidade e autonomia dentro da identidade da família (JANCZ *et al*, 2018).

Em relação à participação de mulheres no movimento sindical de trabalhadores rurais, Guerra (2013), estudando o sudeste paraense, enfatiza o esforço realizado pelas organizações sindicais para o engajamento das mulheres no movimento, através da sindicalização das mesmas, promoção de reuniões específicas de mulheres, dentre outras atividades.

O objetivo do estudo foi analisar o processo de empoderamento das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá (buscando a convergência com a agroecologia) sendo que o empoderamento foi considerado como ampliação do poder, em quatro dimensões – econômica, pessoal, social e política (BRUMER E ANJOS, 2010).

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Marabá (Pará), pertencente à mesorregião sudeste paraense, com população estimada de 275.086 pessoas e aproximadamente 15.128 km², mantendo uma densidade demográfica de 15,4 habitantes por km² (IBGE, 2019). Marabá é um dos centros urbanos mais importantes do Pará, por concentrar boa infraestrutura e sediar a maioria dos órgãos da administração federal e estadual em atividade na região (ASSIS, 2007).

A pesquisa trata de um estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá (PA), com abordagem qualitativa. A delimitação temporal (BRUMER *et al*, 2008) referiu-se ao período de existência do sindicato em questão, ou seja, desde a sua fundação, ocorrida em 20 de dezembro de 1980 (GUERRA, 2013) até 2017.



Em relação à natureza das fontes, realizou-se pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (SEVERINO, 2007). Na pesquisa documental, analisou-se registros impressos, tais como documentos elaborados pelo sindicato; textos da imprensa escrita do município de Marabá; acervo de entidades parceiras na luta sindical rural (especificamente o acervo da Comissão Pastoral da Terra).

Além da pesquisa documental, parte da coleta de dados – comumente citada em termos gerais como “trabalho de campo” (MANN, 1970) – foi realizada através de entrevista não diretiva (MICHELAT, 1987). No total foram entrevistadas 18 pessoas, sendo 11 mulheres e 07 homens. Atribuiu-se nomes fictícios aos (as) entrevistados(as) para preservação de suas identidades, conforme orientação de Oliveira (2014). Levou-se em consideração que os conflitos internos ao sindicato e o grau de violência em que se dão as relações no município inspiram cuidados para evitar o acirramento da animosidade entre os membros da organização estudada. As entrevistas foram analisadas qualitativamente, destacando que devido à singularidade de cada uma, realizou-se o cruzamento das mesmas entre si, através das leituras verticais e horizontais, conforme proposição de Michelat (1987).

Resultados e Discussão

Eu acho que a gente tem um trunfo na mão que é o seguinte: agricultura familiar, o que é? Família. Família o que é? Família sem mulher, família sem homem, existe? (...) Então essa é uma carta na manga que nós temos, portanto, se é familiar, por que teria mais homem do que mulher? (Entrevista com João, em 11/07/2017).

Ainda tem aqueles maridos que é meio carrasco, não quer que a mulher vá participar desse negócio (...) eu já vi um amigo meu dizer “Rapaz eu não vou para um sindicato, ser diretor de um sindicato para a mulher ser presidente, para eu **ser mandado por mulher**”. (Entrevista com Milton, em 23/05/2017, grifo nosso).

As mulheres passaram a participar efetivamente da luta do STTR de Marabá a partir da década de 1990. Os trechos dos depoimentos dos entrevistados João (2017) e Milton (2017) simbolizam as diferentes visões que as lideranças masculinas possuem sobre a participação das mulheres na luta sindical, sendo que os elementos do segundo depoimento predominam entre as lideranças sindicais.

Para a entrevistada Frida (2017), no movimento sindical de trabalhadores rurais é feito o debate sobre a importância das mulheres estarem à frente dos espaços e discussões, mas isso não tem ocorrido na prática, pelo menos nos últimos dez anos, nem no espaço do sindicato e nem no espaço doméstico das lideranças masculinas.

De acordo com as mulheres entrevistadas, o medo é um fator preponderante que as impede de ascender, tanto nos espaços públicos quanto privados. Medo de falar, medo de defender suas ideias, medo de denunciar agressões sofridas, medo de se libertar do passado, medo de evoluir. Além disso, há o medo de ser julgada por sua



condição de ser mulher, como esclarece a entrevistada Simone (2017): “Ah, se eu assumir um sindicato, como é que eu vou fazer e tal? E se eu não der conta, os fulanos vão dizer que não dei conta porque sou mulher” (entrevista com Simone, em 23/05/2017). Diante desse contexto, encontrar alternativas para vencer os diversos tipos de medo é essencial para a conquista do empoderamento nas dimensões pessoal, social, política e econômica.

Em relação ao processo de organização das reuniões e atividades encabeçadas pela Secretaria de Mulheres, a presença era majoritariamente feminina. Os homens participavam dos encontros basicamente no momento da abertura depois se retiravam para outros compromissos. No período de 1997 a 2003 a Secretaria de Mulheres do sindicato promoveu diversos cursos de capacitação sobre autonomia da mulher, participação da mulher na política, dentre outros temas. Foram momentos importantes que fortaleceram a autoestima dessas mulheres, elevando o nível de empoderamento das mesmas. O fortalecimento da autoestima das mulheres motivou-as a retomar os estudos, seja através de cursos do ensino superior ou cursos referentes ao ensino médio.

A primeira conquista das mulheres do sindicato foi o direito de poder se sindicalizar. Quando o sindicato foi criado – e nos anos seguintes – elas eram oficialmente dependentes dos maridos. Na região sudeste paraense, essa discussão aconteceu em quatro municípios: Marabá, São João do Araguaia, Itupiranga e Jacundá. Muitas mulheres se tornaram delegadas sindicais, desenvolvendo papel fundamental na organização das ocupações e também dos acampamentos realizados na sede da SR-27 do INCRA, em Marabá.

Em relação à saúde da mulher, as mulheres apresentavam suas reivindicações em reuniões com a Secretaria Municipal de Saúde, nas marchas de Oito de Março, dentre outros espaços. As principais conquistas referem-se à prioridade de atendimento das mulheres da zona rural nos postos municipais de saúde; utilização das unidades de saúde móveis nas vilas rurais e a criação do CRISMU – Centro de Referência Integrado à Saúde da Mulher.

De forma geral, a entrevistada Maria (2017) sintetiza que “(...) apesar dos avanços, apesar das lutas que já tivemos, dos embates nacionais, de Marcha, de Grito, a gente evoluiu? Evoluiu. A gente conseguiu grandes conquistas, mas não foi tudo ainda aquilo” (entrevista com Maria, em 14/07/2017). Para a entrevistada Dandara (2017), a eleição da primeira mulher presidente da Fetagri/PA serve de motivação para que mais mulheres disputem a presidência dos sindicatos na base, resistindo e ocupando espaços cada vez maiores nos sindicatos.

A conquista mais recente das mulheres refere-se à paridade de gênero, implementada no 12º Congresso Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais da CONTAG (CNTTR), em Brasília. A paridade de gênero garante que a CONTAG terá em sua direção 50% de homens e 50% de mulheres. Portanto, a partir das próximas eleições sindicais, a paridade de gênero será cumprida. A



paridade de gênero é um passo importante para construir políticas que alterem as condições de participação política e sindical das mulheres, consolidando um sindicalismo com liberdade e autonomia.

Conclusões

A partir das entrevistas realizadas com as mulheres, conclui-se que as relações de poder são caracterizadas por conflitos e tensões, em virtude da dominação masculina nas instâncias de decisão do sindicato. Todavia, as mulheres conseguem construir o empoderamento nas dimensões analisadas, numa mescla de avanços e recuos, através de enfrentamentos com os dirigentes homens. Na visão das mulheres, o empoderamento ocorre através de várias formas, como quando as mulheres possuem autonomia financeira (renda própria), poder de decisão pessoal, autoestima elevada, poder de decisão enquanto dirigente do sindicato, quando as mulheres conseguem vencer a discriminação/machismo, quando participam ativamente da política, de cursos de formação e eventos como marchas, passeatas, entre outros.

No espaço da militância sindical, em que pesem todos os seus limites e condicionantes em ambientes dominados por homens como o do STTR de Marabá, há um favorecimento ao debate sobre a igualdade de gêneros e circulam informações e estímulos nas atividades de formação, que levam a um reposicionamento das mulheres no campo da política profissional. O principal desafio das mulheres é continuar lutando, através de uma agenda permanente, para superar a violência doméstica e a discriminação, garantindo que prevaleça um trabalho de parceria e respeito entre as mulheres e homens do sindicato pesquisado.

Referências bibliográficas

ASSIS, W. S. de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. Rio de Janeiro, RJ: UFRRJ, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007. (Tese de Doutorado).

BRUMER, A. ANJOS, G. dos. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar (Org.). **Mulheres na reforma agrária – a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010. p. (Nead Debate; 14). p. 217-240.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMANN, L.; SANTOS, T. S. dos. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.



GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste do Pará.** 2ed. Belém: Paka-Tatu, 2013. 139p.

IBGE. Cidades@ Pará, Marabá. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/maraba.html>? Acesso em 26.03.2019.

JANCZ, C.; MARQUES, G.; NOBRE, M.; MORENO, R.; MIRANDA, R.; SAORI, S.; FRANCO, V. **Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira.** São Paulo: SOF, 2018. 84p.

MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar. 1970.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 5ª ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Feminismo e Lutas das Mulheres: análise e debates.** São Paulo. SOF, 2005. 39-50p.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 6 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.